

As retomadas Mbyá-Guarani como modo de resistência diante do Antropoceno

The Mbyá-Guarani reclaims as a form of resistance in the face of the Anthropocene

Simone Alves de Almeida^I

<https://orcid.org/0009-0003-1503-1782>

simone.smcoletiva@gmail.com

Josiane Carine Wedig^{II}

<https://orcid.org/0000-0003-4569-6956>

josiwedig@gmail.com

Rosane Azevedo Neves da Silva^{III}

<https://orcid.org/0009-0000-4290-3169>

rosane.neves@ufrgs.br

^I Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil
Doutoranda em Psicologia Social e Institucional

^{II} Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Pato Branco, PR, Brasil

^{III} Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo

Este artigo aborda as retomadas Mbyá-Guarani enquanto modo de resistência diante da marcha do Antropoceno. A pesquisa foi realizada por meio da cartografia multiespécies, abrangendo aldeias situadas na mata atlântica do Rio Grande do Sul, durante o período de 2019 a 2024. Ao longo da convivência com essas comunidades, percebe-se que as retomadas são experiências que vão além da luta por garantir direitos territoriais específicos, sendo também meios pelos quais esses coletivos defendem as florestas e os diversos seres que ali vivem, buscando assegurar condições de existência para todos: “nossa luta é para o *juruá* também”. Enquanto o habitar colonial do Antropoceno desarticula processos construídos através de interações multiespécies ao longo de milênios comprometendo a habitabilidade do planeta, a territorialidade indígena Mbyá-Guarani tem como base a compreensão de que diferentes seres fazem o mundo em conjunto e que eles devem ser respeitados.

Palavras-chave: povos indígenas; mudanças climáticas; relações multiespécies; lutas contracoloniais.

Abstract

This article addresses the Mbyá-Guarani reclaims as a mode of resistance in the face of the march of the Anthropocene. The research was carried out using multispecies cartography, covering villages located in the Atlantic forest of Rio Grande do Sul, during the period from 2019 to 2024. Throughout coexistence with these communities, it is clear that the reclaims are experiences that they go beyond the fight to guarantee specific territorial rights, they are also means by which these collectives defend the forests and the different beings that live there, seeking to ensure conditions of existence for everyone: “our fight is for the *juruá* too”. While the colonial habitation of the Anthropocene disarticulates processes built through multispecies interactions over millennia, compromising the habitability of the planet, Mbyá-Guarani indigenous territoriality is based on the understanding that different beings make the world together and that they must be respected.

Keywords: Indigenous peoples; climate change; multispecies relations; countercolonial struggles.

O tema das mudanças climáticas não é algo novo para o povo indígena Mbyá-Guarani, que há muito tenta alertar sobre as consequências do modo de vida do *juruá* (branco), que provoca a destruição das florestas e a poluição dos rios, comprometendo não apenas o modo de vida tradicional, mas as condições de vida de todos os seres que habitam o planeta. Sendo conhecedores dos territórios em que vivem, os indígenas estão entre os primeiros a perceber os efeitos da destruição e a sofrer os impactos da alteração do clima. Eles são também protagonistas das lutas contra a destruição dos territórios, atualizando permanentemente seus modos de resistência.

O presente artigo aborda as retomadas Mbyá-Guarani como modo de resistência contracolonial (Santos, 2023), que se intensifica num momento de aceleração das catástrofes ambientais e de agravamento das ofensivas contra seus territórios. Nessas experiências, percebe-se uma concepção de territorialidade que envolve a compreensão de que diferentes seres fazem o mundo a partir de suas relacionidades. Diante do habitar colonial do Antropoceno (Ferdinand, 2022), que, ao fazer do mundo plantation, simplifica ecologias e rompe relacionamentos, as retomadas mostram-se como meios de resistência que afirmam reciprocidades e que intencionalmente contribuem para sustentar o céu no lugar (Kopenawa; Albert, 2015).

O artigo tem como objetivo demonstrar como essas experiências vêm interpelando a marcha do Antropoceno – processo atual das mudanças climáticas antropogênicas, que tem desarticulado o funcionamento dos diversos ciclos da terra construídos ao longo de milênios através de interações multiespecíficas (Haraway, 2022; Tsing, 2019). Desde as invasões coloniais, que foram marcadas por genocídios, ecocídios e epistemicídios, essas relações vêm sendo violentamente alteradas, o que durante o século XX foi ampliado em escala, velocidade e magnitude, ocasionando inúmeras consequências socioambientais (Wedig; Ramos, 2023).

O método utilizado na pesquisa foi a cartografia multiespécies, considerando o *guatá* (o modo de caminhar/a mobilidade Mbyá) como guia de orientação. O campo dos estudos multiespécies se fundamenta nas epistemologias indígenas, compreendendo que o surgimento da vida, nas suas mais diversas formas, decorre de relações entre os diferentes seres e através delas se sustenta (Tsing, 2019). O estudo ocorreu durante o período de 2019 a 2024,¹ seguindo o caminhar

1 Este artigo é decorrente da pesquisa realizada para a tese de doutorado da primeira autora (Almeida, 2025).

Mbyá a partir de vivências nas aldeias Ka'aguy Porã (Mata Sagrada), Yvyty Porã (Serra Bonita), Guyra Nhendu (Som dos Pássaros), localizadas no município de Maquiné, no litoral norte do Rio Grande do Sul, e Kurity (Araucária), no município de Canela, na serra gaúcha. As vivências de campo – mutirões, oficinas, feiras, viagens entre as aldeias e conversas com as lideranças destes territórios – foram registrados em diário de campo. A pesquisa baseou-se também em alguns dados secundários oriundos de outras etnografias e publicações recentes sobre o tema.

O juruá destrói tudo

Júlia Gimenes, cacica da *tekoa* Guyra Nhendu, em Maquiné, conta que os Mbyá-Guarani aprenderam a pegar da mata somente o que precisam e que para isso sempre devem pedir licença, porque cada coisa tem um dono, um espírito, que deve ser respeitado. Para entrar na mata, para ir à cachoeira, para tudo tem que pedir licença. Segundo ela, o “*juruá* não pede licença, mas nós pedimos”. Também relata que hoje em dia já não se encontra caça, pesca, muitas plantas e muitos bichos, e foi *juruá* quem destruiu.

Em uma roda de conversa na *tekoa* Kurity, em Canela, o cacique Marcelino Duarte fala para os visitantes não indígenas sobre a área que percorremos para chegar até a aldeia: “*Juruá* acha bonito, mas para nós é triste, porque tinha uma floresta ali, muita vida ali, e hoje não tem mais.” Ele se refere a uma paisagem dos Campos de Cima da Serra, que hoje é majoritariamente ocupada por criação de gado, monocultura de pinus e eucalipto e por empreendimentos de exploração mineral, restando nela pouquíssimas espécies nativas.

Para o cacique André Benites, da *tekoa* Ka'aguy Porã, o *juruá-reko* é o modo de vida do *juruá*, um sistema que foi feito para dar errado, no qual não se pensa adequadamente nas consequências das ações e que resulta em morte para o próprio *juruá*.

Entre os Mbyá-Guarani há uma crítica bastante contundente ao modo de vida do *juruá*, que em nome do lucro e da acumulação destrói os territórios, reduzindo drasticamente as condições para a existência da biodiversidade. Na perspectiva Mbyá, o *juruá* é o responsável pelos problemas que impedem que os indígenas possam continuar vivendo a seu modo. As mudanças climáticas

também são compreendidas por eles como consequência do modo de vida dos brancos. Ao conversar com a cacica Júlia, no decorrer desta pesquisa, ela nos diz que “tem alguma coisa errada com a ecologia do *juruá*”. Menciona ainda que:

Teve uma aldeia lá em São Paulo, não sei se tu ouviu falar, que os Guarani derubaram árvore para fazer casinha e foram multados. Mas eles não tiraram para vender. Só para fazer casa. E por que não multam *juruá* que destrói tudo para vender? Se Guarani só pega porque precisa, pega pedindo licença?

O cacique Marcelino também fala nessa perspectiva:

A gente sabe que o rio tem espírito, todo mundo tem espírito. Os animais grandes, pequenos, o ser humano, a floresta. Várias coisas por aí têm dono. O chão tem dono, a floresta, o rio, os animais, a gente só não vê quem é. Por isso a gente vive cuidando, a gente preserva. Dá cuidado. Quando a gente explora a mata, a gente não faz o que a gente quer. Se a gente for na floresta para explorar, eu tenho que cuidar. Se eu for com facão, ou arco e flecha, eu tenho que cuidar para não cortar árvore. Se eu cortar só porque quero eu posso provocar algo. A gente tem que ter cuidado com a floresta quando a gente for. Eu posso cortar por um motivo, para fazer casinha, ou arco e flecha, para trazer para a aldeia, só por esse motivo que eu posso cortar a madeira. Nossa diversão é a floresta, mas a gente educa, como se comportar na mata, para pescar, caçar, brincar por aí. Tem aves que é proibido a gente matar. São só alguns tipos de aves que é permitido comer. Não é todos os animais que a gente come. Tem que saber qual que eu posso matar. Tem várias regras também para nós, por isso que a gente não destrói a natureza. A gente se cuida no momento da caça, da pesca, do banho de rio. Por isso que a gente não destrói. Porque a gente sabe cuidar. Mas *juruá* não pensa duas vezes para destruir. Nosso comportamento é com a vida, porque tudo é vida.

Na ontocosmoecologia Mbyá-Guarani, a vida na terra não está dada, não é fixa, tampouco faz sentido a lógica do excepcionalismo humano que fundamenta o pensamento ocidental (Guaragni; Souza, 2021). O mundo Mbyá é constantemente construído por diferentes seres em relação e a manutenção da vida exige muitos cuidados. Fazer algo sem pensar, sem pedir licença, pegar mais do que o necessário pode ser extremamente perigoso, como refere o cacique Marcelino:

Daqui a pouco o dono da terra, o dono do rio, o dono do vento, o dono da floresta não vai querer mais toda essa destruição, pode provocar algo que a gente não sabe. O dono dos animais, dos peixes, dos pássaros. A gente sabe quem é o dono. O peixe a mesma coisa. Cada coisa tem o dono. O *juruá* provocou muito e o dono não vai gostar mais, e aí pode acontecer algo. O clima está mudando muito. A principal causa da mudança climática é o *juruá* que não sabe cuidar e que provoca os donos dos rios, dos pássaros, do vento.

O cacique André Benites refere que o *juruá* poderia pensar como construir a cidade de modo correto, mas não o faz. Ele discute como as cidades são construídas sobre os rios aterrados e/ou canalizados, e que em algum momento eles irão correr novamente com toda a sua força. Como exemplo ele cita o centro do município de Maquiné, que foi edificado em cima do rio. “O *juruá* não pensa”, ele diz. Dois meses após essa conversa com ele, o centro de Maquiné ficou alagado com uma enchente muito grande, que nunca antes havia ocorrido. O cacique nos disse que aquilo que é feito na terra caminha e volta, explicando assim que as ações persistem no tempo e têm consequências na vida.

O modo de vida Mbyá-Guarani envolve inúmeras relacionalidades e elas são reconhecidas como fundamentais para a manutenção de seu mundo, como relata o *xeramoí* (ancião/sábio) José Verá (2021, p. 34) da *tekoá* Yvyty Porã, em Maquiné:

Só Nhanderú sabe o que fazer. Quando criou as árvores, criou tudo junto, porque é a raiz das árvores que segura a terra. Por isso não devemos destruir a floresta. Os *juruá* estão desmatando muito a floresta, por isso às vezes acontecem desmoronamentos, porque a terra não tem como se segurar sozinha. É isso que os *juruá* não percebem e pensam que é só um fenômeno natural.

Segundo seu José, o “*juruá* destrói tudo. Está na cidade, só pensa em trabalhar. Não pensa em Nhanderú, na terra, na água. [...] Os *juruá* que vão à escola parecem não saber que se cortar as árvores não vai ter água e o clima da terra vai esquentar.”

Ainda sobre essa questão o cacique Marcelino afirma: “A gente sabe como o planeta terra funciona, nós também somos especialistas.” A sabedoria Mbyá reflete a compreensão das relacionalidades que fazem o mundo. Enquanto o *juruá* “vive contra a natureza”, nas palavras do cacique André, para os Mbyá as relações entre o que chamamos de natureza e cultura são indissociáveis.

Durante um encontro de agroecologia realizado na *tekoa* Ka'aguy Porã, em 2019, o cacique André Benites explicou:

Não é à toa que vocês estão aqui, vocês estão conectados a nós e podem nos ajudar, assim como vocês também precisam de ajuda. Para nós, a riqueza não é o dinheiro, mas a natureza. Quando fizemos o rezo na aldeia é para todo mundo, é para dar força para *jurua* também. A causa indígena é causa de toda humanidade. Lutar pelo direito de existir. Quero aprender português só para dizer que somos amigos, não para seguir regras de *jurua*. Vocês estão em busca de luz como nós. O *jurua* não está mais aguentando viver dentro do seu apartamento na cidade. O tempo está doente, todos estamos sofrendo, nossa terra, natureza, ar, vida. Se você está aqui é porque você tem isso no coração. Está tentando sair do sistema.

Conforme Aline Costa (2022, p. 52), as perspectivas indígenas “envolvem uma série de atitudes para que não se desestabilize aquilo que há muito tempo vinha sendo estabilizado à custa de muitos processos e muitas interações”. Para a autora, esses povos “sabem muito bem que para o mundo existir é preciso prestar atenção nas conexões que fazem com que o mundo exista” (Costa, 2022, p. 61).

Os povos indígenas são os mais atingidos pelos efeitos das alterações do clima. Mesmo sendo 6% da população mundial, protegem 80% da biodiversidade do planeta (Partículas [...], 2023), e conhecem profundamente os ecossistemas em que vivem (Taddei *et al.*, 2021). Através de seus modos de viver e compreender a terra e de se relacionar com os outros seres, exercem um papel fundamental na proteção dos territórios e vêm sendo protagonistas das resistências que contracolonizam o Antropoceno. Diante disso, na próxima seção abordamos aspectos de como os Mbyá fazem e pensam as suas retomadas, considerando as condições em que elas são realizadas e o que as motivam. De que modo as retomadas Mbyá-Guarani interpelam a marcha do Antropoceno?

As retomadas Mbyá-Guarani

As retomadas são ações políticas realizadas por diferentes povos indígenas na luta por seus territórios originários. Quando retomam uma área, eles tomam de volta aquilo que um dia deles foi tomado, por meio dos processos de colonização

que, desde a invasão, nunca deixaram de se impor contra seus territórios. As retomadas vêm se intensificando em um contexto em que se agravam e avançam as ofensivas contra seus direitos territoriais, mediante as políticas anti-indígenas, tais como o Marco Temporal² e as incessantes ameaçadas provenientes dos setores econômicos interessados na exploração dessas áreas para o agronegócio, a mineração, a especulação imobiliária, etc.

As retomadas fazem parte das lutas Mbyá-Guarani há muito tempo, ainda que anteriormente eles não utilizassem esta expressão. A intensificação das experiências de retomada nos últimos anos passou a ocorrer para esses coletivos em função da necessidade, e funcionam como uma atualização de seus modos de resistência, tendo em vista que durante séculos a resistência Mbyá teve como estratégia o distanciamento dos brancos, evitando tensões e conflitos contra grileiros e invasores (Guaragni; Souza, 2021). Porém, quase não tendo mais onde se refugiar, devido à destruição cada vez maior causada pelo *jurua*, as retomadas tornaram-se para eles questão de vida ou morte (Guaragni; Souza, 2021).

A retomada Ka'aguy Porã ocorreu em janeiro de 2017, quando 30 famílias Mbyá-Guarani entraram na área que estava sob posse do Estado e que até pouco tempo sediava a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro). A estatal havia sido extinta recentemente pelo governo estadual, e os indígenas souberam que a área seria vendida e que ali seria construído um condomínio privado. Conforme o cacique José Cirilo Morinico, da aldeia Tekoa Anhetenguá, da Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre – que se somou na luta pela retomada em Maquiné: “Se ficar com os políticos essa área vai ser um condomínio. Então nós queremos retomar, por causa das árvores, dos passarinhos, para manter passarinho. Porque se virar condomínio mata tudo” (Conheça [...], 2017).

A área retomada possui floresta, nascentes, frutas nativas. Tais características são fundamentais para as famílias Mbyá que buscam por condições adequadas ao *nhanderekó*, e que, no entanto, são cada vez mais raras de encontrar. Conforme a cacica Júlia Gimenes: “Eu nasci em Tenente Portela, mas lá já não tem

2 O Marco Temporal estabelece que o grupo indígena que reivindica determinada área deveria estar presente nela no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição, desconsiderando as violências que expulsaram esses povos de suas terras ao longo de todo o processo colonial. Trata-se de uma manobra jurídica para impedir os processos de demarcação e questionar as terras já demarcadas, abrindo caminho para a exploração das áreas indígenas pelos grandes empreendimentos de desenvolvimento.

mais mata, por isso viemos para cá.” As florestas na região de origem de Júlia foram desaparecendo em decorrência do avanço das monoculturas do agronegócio.

Também na *tekoa* Kurity, na serra gaúcha, uma das lideranças nos contou que eles foram para lá porque queriam voltar a escutar os passarinhos, pois onde eles viviam antes, em meio à monocultura de pinus cultivada pelo *juruá*, já não havia mais nada.

A terra retomada em Maquiné é muito diferente da maioria, inclusive daqueles territórios que o governo lhes destina, que geralmente já estão destruídos pelo *juruá* e não reúnem mais as condições propícias ao seu modo de vida. Se não há mais mata nativa, se há apenas eucalipto, como em muitas das terras disponibilizadas aos Mbyá, então não é uma *tekoa*. Isso porque as retomadas são mais do que um espaço físico, mas um modo de reaver o que é necessário para a reprodução da vida. Elas são um modo de reencontro com os diversos seres que existem nos territórios em que milenarmente os Mbyá viveram (Guardiola, 2021). Conforme Marcus Wittmann (2022), retomar é reativar uma série de relações com as entidades que vivem nesses territórios e que persistem no tempo e na memória dos antepassados, atualizando devires.

João Maurício Farias (2018) relata que a área retomada em Maquiné compõe-se com outras duas terras indígenas já demarcadas pela Funai, situadas nas partes altas e montanhosas da região. Em conjunto, essas aldeias fazem parte de uma grande área de mata nativa na qual os Mbyá habitam há muito tempo, onde caçam, coletam alimentos, material para artesanato e remédios tradicionais. Há trilhas que conectam uma aldeia a outra e que são constantemente percorridas por eles. Ali eles já estabeleceram aldeias em vários locais, como nos conta a cacica Júlia, durante uma das viagens que realizamos entre uma aldeia e outra.

Para Farias (2018), todo esse território é imprescindível para a manutenção do modo de vida Mbyá-Guarani e ocupado por eles histórica e contemporaneamente. O autor argumenta que as práticas de territorialização existentes na área demonstram que não há uma descontinuidade ambiental nem sociocossmológica em relação ao território, é a mesma mata. Assim, o espaço retomado em Maquiné já era lugar do *guatá* Mbyá-Guarani há muito tempo.

Nas terras altas de Maquiné, na divisa com o município de Riozinho, fica a *tekoa* Yvyty Porã, uma das terras indígenas que se conectam com a área da Ka'aguy Porã, e que é uma das maiores terras demarcadas do Rio Grande do Sul,

conhecida também como aldeia do Campo Molhado. Esse território foi auto-demarcado há mais de 30 anos, através de um intenso processo de resistência.

Nessa aldeia, a maioria das casas é feita de xaxim ou taquara, materiais que ali existem em abundância. Contudo, há no território uma única casa de alvenaria, que destoa das demais e que foi construída pelo Estado para funcionar como posto de saúde e é pouco usada pela comunidade, servindo de abrigo para os visitantes nas noites frias. Num mutirão de *carijo* (feitio tradicional de erva-mate) que ocorreu na aldeia em 2019, o *xeramoí* José Verá apontou para aquela construção dizendo ao grupo de visitantes não indígenas que ela era casa de *juruá* e que se alguma coisa estragasse nela, era preciso ter dinheiro para arrumar, era preciso buscar materiais na cidade. Já as casas Mbyá, se algo estragasse, ele poderia entrar na mata e pegar o que fosse necessário. Assim, traduzindo em linguagem capaz de ser compreendida por *juruá*, José explica que “a mata é mercado, é farmácia, é escola”. Da mata vem a autonomia, a continuidade da cultura e do modo de viver.

Na Yvyty Porã tem mata nativa, tem água em abundância e há nela muitas nascentes. Além da presença do xaxim e da taquara, tem também a erva-mate, o araçá, a araucária e o *pindó* (jerivá). Ao visitá-los, vemos diferentes espécies nativas em várias fases de crescimento, pois eles nunca deixam de plantar. Já na *tekoa* Kurity, em Canela, o cacique Marcelino conta que o rio era abundante na época dos seus avós e hoje tem pouca água e não tem mais peixe por causa da hidrelétrica que foi instalada ali. Ao retomarem aquele território, as famílias caminharam pela mata procurando por espécies nativas, mas não encontraram quase nada. Por isso, desde que passaram a viver ali, eles buscam adquirir mudas de espécies nativas e preocupam-se em reflorestar seu território.

Conforme Maria Inês Ladeira (2015), para os Mbyá as florestas foram criadas por Nhanderú para que eles pudessem viver nelas. Nesses lugares encontram as condições favoráveis para a boa comunicação com suas divindades, estando mais perto do mundo que buscam alcançar. Mbyá quer dizer “habitante das matas”, e é nelas que esses coletivos se refugiaram ao longo dos processos de colonização. Para a autora, o mundo Mbyá é construído a partir da relação com esses territórios e pelas relações neles vivenciadas, sendo que as reciprocidades são determinantes de seu modo de vida.

Assim, os Mbyá-Guarani buscam fazer as retomadas em territórios com biodiversidade, pois necessitam da floresta para viver a seu modo, o que envolve uma

série de relações com outros entes. Porém, as áreas retomadas também são territórios ameaçados de destruição por grandes empreendimentos, a exemplo da área onde situa-se a *tekoa* Yvyty Porã, que envolveu intenso conflito com grileiros que pretendiam explorar os recursos hídricos da região. Para Hélio Wherá, liderança Mbyá, a luta por aquela área foi fundamental para a proteção daquele território:

Aquela área tem muito valor para nós porque existe água lá. Os *jurua* vinham derrubando com tudo. Os Guarani fizeram a retomada. Os fazendeiros queriam fazer o massacre com nós, expulsar todos nós. Muitas lideranças foram lá. Com a força da espiritualidade, da natureza, dos encantados, os Guarani conseguiram vencer e convencer os *jurua*. Algumas autoridades *jurua* apoiaram os Guarani naquela época, na nossa luta pela vida. [...] Graças a nossa luta daquela época, hoje existe água limpa, erva-mate, araucária, taquara, natureza. Nós conseguimos salvar aquele pedaço de terra e ainda recuperar ela. [...] Hoje os indígenas e até os não-indígenas estão beneficiados com aquela área. Se o *jurua* tivesse ficado com aquela área, não teria mais água em Rolante, Riozinho e Maquiné (Terra [...], 2021).

Em outras retomadas ocorreram processos semelhantes, como a da Ponta do Arado Velho, na zona sul de Porto Alegre. O cacique Timóteo refere que foi Nhanderú que orientou a retomada daquele território, guiando-os através do sonho. Desde que chegaram a esse território, eles sofrem a violência dos proprietários da área que querem construir um condomínio de luxo no local (Wittmann; Guardiola, 2018). Trata-se de uma área privada de preservação ambiental em processo de licenciamento para uma obra que resultaria em um grande impacto e na perda da maior parte da biodiversidade ali presente (Wittmann, 2022). É a destruição desse território ancestral que as lideranças da retomada do Arado dizem temer, muito mais do que os seguranças armados que os ameaçam cotidianamente (Wittmann; Guardiola, 2018).

A partir dessas experiências, percebemos que as áreas de retomadas Mbyá ocorrem onde existem as condições necessárias para que eles possam viver a seu modo. São territórios ameaçados de destruição por grandes projetos de desenvolvimento dos *jurua*. A permanência Mbyá-Guarani nesses locais demonstra a sua importância para além do direito originário ao território, pois envolve a defesa daquela área e das muitas vidas presentes ali, o que não se dá por acaso, como podemos apreender na fala da cacica Júlia Gimenes:

O Guarani é o guardião da mata. Ele não é o dono. A terra é de Nhanderú, e ele fez para todos viverem, não só para *jurua*. Mas *jurua* não tem esse reconhecimento. Por isso que nós agora temos que retomar a terra.

Defender o território, respeitar as diferentes formas de vida é uma preocupação e uma intencionalidade que pode ser vista no modo de pensar, de se expressar e de resistir para o povo Mbyá-Guarani. Conforme Hélio Wherá, o *jurua* se apropria de tudo e destrói, por isso foi necessário tomar coragem e fazer retomada. As retomadas são uma resposta contracolonizadora ao modo de habitar do *jurua*, para que os indígenas e os demais seres possam viver a seu modo. Ainda em seus termos: “Sem árvore, como vamos respirar? Se é o ar que sustenta nossos pulmões. Se ninguém vive sem ar, nem os animais.” Desse modo, preocupados com o futuro ameaçado pelo *jurua*, os Mbyá intensificaram os processos de retomada para cuidar do “restinho que ainda há” (Terra [...], 2021).

De modo semelhante, explica o cacique André Benites: “Guarani vive para cuidar e respeitar a mata. E assim cuida para todo mundo. Mas *jurua* deveria cuidar também. Porque também é por ele.” Ele afirma que a luta da “nação Mbyá-Guarani” é por todos os seres. Que quando estão defendendo seus territórios, estão lutando por *jurua* também.

Através das retomadas se expressa a territorialidade Mbyá, seu modo de ser e de caminhar no mundo. Eles são guardiões da mata e as mudanças climáticas são uma preocupação há muito presente para eles, que percebem com muita tristeza a destruição dos seus territórios. Através das retomadas eles exercem sua resistência motivados pela proteção das matas e das vidas que dela fazem parte.

Conforme Ladeira (2015), no mundo Mbyá há modos de povoar que abarcam sentimentos, pertencimentos, comunicações e relações com alteridades. Seus modos de vida e de ocupação territorial envolvem princípios éticos, valores e formas de reciprocidade e convivência, indispensáveis para a manutenção do cosmos.

Esse modo de ser e de pensar tem consequências nas relações estabelecidas nos territórios, em suas práticas de agricultura e em suas formas de conviver com os outros seres. Nhanderú criou a terra e uma ética baseada em um modo de viver nela, orientando-os sobre isso. Nessa perspectiva, o ser humano é parte de todo, nem inferior nem superior aos demais seres que compõem a natureza.

Os Mbyá-Guarani mantêm-se em profundo estado de respeito, relacionando-se com os demais seres de maneira equilibrada, para que suas ações não os prejudiquem. Nos termos de Clovis Brighenti (2005, p. 52):

O povo Guarani tem uma contribuição extremamente relevante no tocante à convivência com o meio ambiente justamente por compreendê-lo na sua complexidade. A organização social e econômica Guarani privilegia um sistema social sem exclusão. A reciprocidade em sua maior amplitude é a base das relações sociais. [...] a concepção ambiental Guarani está fundamentada na vivência do *Tekoha*, que produz e ao mesmo tempo distribui reciprocamente relações de equilíbrio.

Enquanto seguimos o *guatá*, em cada uma das quatro aldeias Mbyá-Guarani envolvidas nesta pesquisa, vimos que as comunidades abrem uma área na floresta apenas no espaço necessário para a construção de suas casas e roças, mantendo a mata em pé, pois ela é fundamental. O que é produzido por meio da agricultura é para a própria comunidade, e mesmo que um excedente possa, eventualmente, ser comercializado, esse não é o objetivo dos cultivos. Os Mbyá estão sempre à procura de mudas e sementes diversificadas. Além de recuperar as áreas em que vivem, o plantio de espécies nativas tem várias outras funções, como podemos ver na fala de José Verá: “Tem que ter árvore ao lado do rio para o rio ter saúde.”

No contexto das aldeias Mbyá-Guarani no estado de São Paulo, Jerá Guarani (2021) fala sobre a relação destes coletivos com a agricultura:

A gente não conhece nenhum Guarani Mbyá, ainda que seja um Guarani do sul, que tem uma terra mais produtiva assim no sentido de ser uma terra boa que qualquer coisa que você planta vai dar [...] Ainda assim a gente não ouve falar que tem Guarani empresário, microempresário, que tá vendendo [...] ainda que a gente tenha passado tantos anos de contato com vocês, e hoje em particular a gente tenha essa vida muito dentro do mundo tecnológico [...] Ainda assim, ninguém pensa em fazer agricultura de forma errada, que existe aí nesse grande mercado da produtividade dos ruralistas para ficar rico, para ter bastante dinheiro. Porque isso é acumular. O conceito dos Guarani é que a gente não pode acumular nada, ter um monte de roupa, um monte de panela, é muito transtornante. O povo Guarani, os mais velhos sabem exatamente o quanto isso é ruim.

Os territórios ocupados pelos Mbyá-Guarani mostram uma agricultura muito distinta daquela exercida pelo *juruá*. Eles plantam para ter alimento, para ter remédio, para ter artesanato, plantam para os animais, para a saúde do rio, para a qualidade do ar e demonstram uma profunda compreensão das reciprocidades que constroem as condições de habitabilidade. Tal relação é expressa pelo cacique André Benites:

Nós estamos aqui para cuidar da mata. Não só para nossa família, para os nossos filhos, mas para toda a humanidade. Porque aqui estando bem, na cidade está bem. Daqui sai a água que vai para a cidade. O vento sai daqui da mata, não sai de prédio.

A noção de território da modernidade é muito distinta daquela dos Mbyá-Guarani, pois é definida a partir do estabelecimento de fronteiras e estados, e é baseada no poder e no uso da força, desdobrando-se na propriedade privada. Nela não importam os rios, os animais, as plantas, os desertos, tampouco os povos que não se conformam a lógica moderna (Clastres, 1978; Ladeira, 2015). Já o território Mbyá é compreendido através de suas relações com os rios, as plantas, os animais e o clima. A territorialidade Mbyá envolve fazer política incluindo diferentes seres, conforme explicita João Maurício Farias (2018, p. 23):

Quando se fala em uma área Guarani [...], não se trata apenas da posse e da propriedade como para os *juruá* – que as compreendem como recurso natural, bem econômico a ser explorado e que pode gerar riqueza, acumulação monetária, inclusive especulação imobiliária, dividendos na bolsa de valores ou ser tratada como geradora de *commodities* como a soja, o chamado “ouro verde”. Para os *Mbya-Guarani*, a possibilidade de comercialização das matas e das terras nem é admissível ou cogitável, assim como as sementes tradicionais que, sendo dádivas de *Nhanderú Tenondé* e de *Nhandexi*, não seriam passíveis de transformarem-se em bem econômico estrito e em dinheiro. Para esses indígenas, a própria possibilidade de continuarem existindo está íntima e completamente ligada aos seres das matas. Nelas estão presentes os *já* (protetores) dos animais, dos insetos, das árvores, das pedras, das águas. Nelas os seus rituais e seus contatos cotidianos com suas divindades podem continuar sendo realizados. As terras e as matas são, para esses povos, fontes de alegria e saúde, de sustento, de remédios e de troca com suas divindades. Sem suas terras, suas existências estariam comprometidas por inteiro.

Ainda nos termos do autor:

Território, para os *Mbya*, se apresenta para além das perspectivas espaço/temporais da sociedade nacional, tampouco se enquadram na perspectiva da propriedade privada e/ou estatal das sociedades capitalistas liberais. É um espaço do vivido e do vivenciado, onde a influência dos ancestrais se atualiza e as divindades e demiurgos se fazem presentes a cada instante. Há infinitas relações sendo experimentadas no exercício do território e na experiência da territorialidade que se efetua em devires *Mbya* (Farias, 2018, p. 45).

Nesse contexto, a demarcação das terras indígenas não corresponde propriamente ao modo com que esses povos se relacionam com a terra. No entanto, conforme explica Carmem Guardioli (2021), esses são caminhos dentro da lógica ocidental à qual eles se veem obrigados a seguir. Apesar disso, o direito garantido na Constituição é fruto da luta dos povos indígenas frente ao violento processo colonial que se impôs sobre seus territórios desde a invasão europeia. Portanto, o reconhecimento legal de que seus territórios são anteriores à formação do Estado e que esse é responsável pela demarcação de suas terras é o mínimo para que eles possam reaver parte dos territórios onde viveram seus ancestrais e assegurar a área de que necessitam para seguir existindo enquanto povo.

Porém, a lei não tem sido suficiente, nem para a garantia do acesso à terra nem para a proteção da vida dos povos indígenas. A violência contra eles nunca cessou e cada vez mais são expostos a situações de vulnerabilidade e marginalidade pelo avanço dos centros urbanos, do agronegócio e dos grandes empreendimentos públicos e privados (mineração, barragens hidrelétricas, construção de rodovias, etc.) que pressionam seus territórios. Por tudo isso, reivindicam a regulamentação de suas terras tradicionais conforme o seu direito originário e constitucional. Mas ainda assim, as terras indígenas demarcadas são poucas e muitos são os obstáculos que impedem que isso aconteça (Wittmann; Guardioli, 2018). Além disso, muitas das terras demarcadas já não estão aptas para o modo de vida tradicional, pois possuem diminutas áreas de mata nativa, pouco espaço para o cultivo das roças e escassas possibilidades de acesso à água, às plantas medicinais, à caça e à coleta. Diante da insuficiência das soluções propostas pelas políticas indigenistas e dos ataques cada vez mais intensos a seus direitos e suas vidas, os povos indígenas, além de seguirem pressionando pela

demarcação de suas terras, passaram a ocupá-las autonomamente através dos processos de retomada e autodemarcação (Wittmann; Guardiola, 2018).

Farias (2018), afirma que as retomadas são lutas pela garantia do território, e por áreas de floresta que possibilitem a continuidade de sua existência como Mbyá. Para o autor, a relação desses grupos com o território está vinculada a sua construção enquanto diferença, enquanto singularidade, para não serem assimilados dentro de um processo colonial de subjetivação. Como quando ouvimos os Mbyá dizerem “nós não queremos ser como *juruá*” e “nós temos orgulho de ser Mbyá”. O que os caracteriza como Mbyá se constrói nas relações com esses territórios de existências múltiplas e na diferenciação com outros grupos indígenas, e, especialmente, na diferenciação com o *juruá*.

Nesse sentido, compreende-se que, ao lutar por suas terras, os Mbyá lutam para não se tornarem *juruá*. Através das retomadas, eles afirmam seu direito ancestral ao território, que é a condição para a manutenção do modo de vida Mbyá, e, desse modo, enfrentam violências coloniais que são cometidas contra seu povo e os seres com os quais constroem o mundo.

Para Guaragni e Souza (2021), os Mbyá-Guarani vão além, pois eles não pretendem ter a terra para si enquanto propriedade, e sim garantir o direito de viver nela e com ela, de poder circular livremente pelo *yvyrupá*. Conforme os autores, entre os Mbyá existe uma “ontocosmoecologia” que não separa “elementos da natureza”, nem sujeito e objeto, pois considera a vivência relacional entre os seres. Dessa forma, a sua territorialidade se dá a partir do compartilhamento do mundo com diferentes entes. Tudo no mundo tem *tape* (caminho) e é preciso respeitá-lo, como relata José Verá:

Para que tudo funcione bem, é preciso respeitar. Se respeitar, o rio continua vivo, para ter água, para ter árvore, assim como, para a saúde do rio, do peixe, é necessário plantar árvore nativa. A terra, o sol, a planta, o peixe são todos nossos parentes e precisa ter parceria com o ser humano.

Segundo o cacique André Benites, “as árvores são pessoas, sentem dor, podem morrer”. Ele menciona que “tem dias que não se entra no rio, que ele não quer ser incomodado”. Também relata que tanto as árvores quanto os rios e os demais seres são sujeitos de uma relação e é necessário levar em conta suas perspectivas: “Por exemplo, se aqui tem uma formiga, ela é pequena, eu sou grande,

e eu posso pisar nela. Mas se eu entro no mundo da formiga, ela também quer viver. Ela também sofre.”

Conforme Debora Danowski e Eduardo Viveiros de Castro (2014, p. 96), os povos indígenas “[...] sabem que a ação humana deixa inevitavelmente uma ‘pegada ecológica’ no mundo. A diferença está em que o solo em que deixam suas pegadas também é vivo e alerta [...]. O que requer, portanto, olhar com muita atenção onde se pisa.”

O mundo Mbyá-Guarani é habitado, construído e sustentado por uma infinidade de seres: animais, plantas, pedras, insetos, que possuem seus *já*, seus “donos”, uma divindade protetora a quem é preciso pedir licença, e é necessário ter profundo respeito, para que não aconteçam coisas ruins. Seu modo de vida e suas ações têm como referência outros existentes, outros mundos, seus lugares, seus caminhos e vontades. A territorialidade Mbyá é dinâmica, é construída a partir dessas relacionalidades. Quando caminham pelo mundo, os Mbyá sabem que percorrem territórios que também pertencem a outros seres, os quais é preciso levar em conta.

As retomadas emergem dessa base profundamente relacional que constitui a territorialidade Mbyá-Guarani. Suas lutas são pela integridade dos territórios e dos muitos existentes que neles habitam, favorecendo a biodiversidade e garantindo as condições de habitabilidade. Diante do habitar colonial, que vem alterando as condições de vida na terra, as retomadas indígenas Mbyá-Guarani se contrapõem à marcha catastrófica do Antropoceno.

Considerações finais

Ao longo deste artigo abordamos as retomadas Mbyá-Guarani como modo de resistência contracolonial diante do Antropoceno. Vimos que as mudanças climáticas não são algo novo para eles, que há muito denunciam o *jurua-rekó* como o responsável pela destruição das florestas e pela redução das condições de habitabilidade. Enquanto o Antropoceno vem rompendo relacionalidades e desarticulando processos fundamentais para a existência na terra, os Mbyá possuem outros modos de relação com seus territórios que são compostos por diferentes entes, fundamentais na manutenção de seus modos de vida.

As retomadas Mbyá-Guarani evidenciam territorialidades baseadas na convivência com alteridades e uma noção de responsabilidade no modo de caminhar/habitar o mundo que foi feito por Nhanderú e que deve ser respeitado. Mais do que lutar por um direito territorial específico, e que é fundamental para a continuidade do seu modo de vida, os Mbyá fazem retomada para defender esses territórios da destruição. Assim, as retomadas são ações políticas que abarcam diferentes seres que fazem o mundo e favorecem as condições de habitabilidade para todos.

Nessas experiências, os Mbyá convocam o *juruá* para a luta, para defender as florestas e outros seres que garantem as condições de existência das quais todos dependem. Ao afirmar que esta luta “é para *juruá* também”, eles apontam para a necessidade de fazer alianças frente às catástrofes climáticas. Desse modo, chamam atenção para a necessidade de reconhecer que não são somente eles que dependem de outros seres para viver.

Referências

- ALMEIDA, S. A. *A cosmoecologia Mbyá-Guarani diante das mudanças climáticas e do Antropoceno: uma cartografia multiespécies*. 2025. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025.
- BRIGHENTI, C. A. Necessidade de novos paradigmas ambientais: implicações e contribuições Guarani. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, [s. l.], n. 4, v. 7, p. 33-56, 2005.
- CLASTRES, H. *Terra sem mal: o profetismo tupi-guarani*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- COSTA, A. O Antropoceno é o nosso tempo. In: MOULIN, G. et al. (org.). *Habitar o Antropoceno*. Belo Horizonte: BDMG Cultural: Cosmópolis, 2022. p. 42-67.
- CONHEÇA a Retomada Guarani Mbya em Maquiné-RS. *Amigas da Terra Brasil*, [s. l.], 30 jan. 2017. Disponível em: <http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/2017/01/30/retomada-guarani-mbya/>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. *Há mundos por vir?: ensaio sobre os medos e os fins*. Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie: Instituto Sócioambiental, 2014.

FARIAS, J. M. *Retomada Mbyá Guarani no Yvyrupa: produção de subjetividade, agenciamentos e criação de estratégias de luta*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FERDINAND, M. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu, 2022.

GUARAGNI, L.; SOUZA, J. O. C. Perspectivismo ontocosmoecológico Mbyá-Guarani: caminhadas, paisagens e sensações coletivizadas. *Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural*, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 36-61, jul./dez. 2021.

GUARANI, J. A terra ao redor: o chamado Guarani para outras práticas de conhecimento. Entrevista à Rádio Terrana [podcast]. [S. l.]: Pimentalab: Tramadora, 2021. Disponível em: <https://podcasters.spotify.com/pod/show/radio-terrana/episodes/A-terra-ao-redor-o-chamado-Guarani-para-outras-prticas-de-conhecimento-epmk8v/a-a4gb0er>. Acesso em: 20 jan. 2025.

GUARDIOLA, C. L. T. *A última morada da gente dos Pés feitos de Terra: construção de um mundo mbya no antropoceno espetacular*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

HARAWAY, D. Ficar com o problema: Antropoceno, Capitaloceno, Chthuluceno. In: MOORE, J. W. (org.). *Antropoceno ou Capitoloceno?: natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo: Elefante, 2022. p. 66-125.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LADEIRA, M. I. M. *Espaço geográfico Guarani-MBYA: significado, constituição e uso*. São Paulo: Edusp, 2015.

PARTÍCULAS particulares: Ailton Krenak e Eduardo Viveiros de Castro: conversa na rede. 3. Direção: Anna Dantes. Produção: Madeleine Deschamps. [S. l.]: Selvagem, 16 ago. 2023. 1 vídeo (45min46s). Publicado no canal Selvagem: ciclo de estudos sobre a vida. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wp5NlnNE4BI>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SANTOS, A. B. dos. *A terra dá a terra quer*. São Paulo: Ubu, 2023.

TADDEI, R. et al. Povos indígenas, populações tradicionais e mudanças climáticas. In: GRANDISOLI, E. et al. (org.). *Novos temas em emergência climática: para os ensinamentos fundamental e médio*. São Paulo: IEE-USP, 2021. p. 59-63.

TERRA indígena Guarani Barra do Ouro: da retomada a autodemarcação. Porto Alegre: Riacho, 2021. Zine elaborado durante o período da mobilização Acampamento Pela Vida. Disponível em: https://riacho.me/wp-content/uploads/2021/08/Zine-Campo-Molhado_-da-retomada-a-autodemarcacao.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

TSING, A. L. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno*. Brasília: Mil Folhas, 2019.

VERÁ, J. *Nhemombaraete Reko Rã'i: fortalecendo a sabedoria*. Maquiné: Riacho, 2021.

WEDIG, J. C.; RAMOS, J. D. D. Colonialismo, plantation e Antropoceno: o controle sobre corpos e territórios. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [s. l.], n. 86, p. 16-30, dez. 2023.

WITTMANN, M. A marca do caminhar dos avós na retomada Mbya Guarani Yjêre: disputando território, história e patrimônio na Ponta do Arado, Porto Alegre, RS. *Cadernos do Lepaarq*, [s. l.], v. 19, n. 38, p. 218-242, jul./dez. 2022.

WITTMANN, M.; GUARDIOLA, C. L. T. A retomada Mbya Guarani da Fazenda do Arado Velho: um olhar desde a etnoarqueologia. *Combate Racismo Ambiental*, [s. l.], 3 jul. 2018. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/07/03/a-retomada-mbya-guarani-da-fazenda-do-arado-velho-um-olhar-desde-a-etnoarqueologia/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

Recebido: 15/03/2024 Aceito: 7/11/2024 | Received: 3/15/2024 Accepted: 11/7/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.